**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2023 - REGISTRO DE PREÇOS**

**PROCESSO Nº** 402/2022

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS, OBJETIVANDO EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE TUBOS DE CONCRETO, PEDRAS DE AREIA E CORDÕES PARA MEIO FIO.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO POR ITEM

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS INICIAIS:** 26/01/2023, às 08h00min.

**RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ATÉ:** 06/02/2023, às 08h00min

**ABERTURA DAS PROPOSTAS INICIAIS:** 06/02/2023, às 08h00min

**INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** 06/02/2023, às 08h30min

**MODELO DE DISPUTA:** ABERTO

**CONDIÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GUARANI DAS MISSÕES/RS**, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará a presente licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação, no sitio [www.pregaobanrisul.com.br](http://www.pregaobanrisul.com.br/), regida pela Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019 e do Decreto Municipal nº 2.954/2020, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/1993 e condições previstas neste edital e seus anexos.

**1. DO OBJETO**

**1.1** O objeto da presente licitação é o REGISTRO DE PREÇOS, OBJETIVANDO EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE TUBOS DE CONCRETO, PEDRAS DE AREIA E CORDÕES PARA MEIO FIO, conforme descrição no Anexo I (Termo de Referência).

**2. DA PARTICIPAÇÃO**

**2.1** Poderão participar deste Pregão, as empresas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus anexos, e estiverem devidamente credenciadas através do sítio [www.pregaobanrisul.com.br](http://www.pregaobanrisul.com.br/), para acesso ao sistema eletrônico.

**2.2** Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

**2.3** Não poderão participar da presente licitação as empresas que:

1. encontrarem-se em situação de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionem no País;
2. estiverem suspensas para licitar e contratar com o Município de Guarani das Missões/RS;
3. forem declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal;
4. encontrem-se sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas;
5. estejam reunidas em consórcio;

**3. DO CREDENCIAMENTO**

**3.1** A licitante deverá credenciar-se no site [www.pregaobanrisul.com.br](http://www.pregaobanrisul.com.br/), observado o seguinte:

1. o credenciamento far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;
2. a perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso;
3. o credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

**3.2** O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**3.3** A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

**4. DAS INFORMAÇÕES, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES**

**4.1** Os esclarecimentos quanto ao edital poderão ser solicitados ao Setor de Licitações e Contratos, em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da licitação.

**4.2** Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública do Pregão, qualquer pessoa poderá impugnar este ato convocatório.

**4.3** Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste edital e anexos, decidir sobre a petição no prazo de 2 (dois) dias úteis.

**4.4** Acolhida a impugnação ao ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

**4.5** A impugnação feita tempestivamente não impedirá a licitante de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

**4.6** A licitante que não apresentar impugnação tempestivamente, aceita plena e irrevogavelmente todos os termos, cláusulas e condições constantes do edital e de seus anexos e, vindo a ser a vencedora do certame, assumirá responsabilidade de executar todo o objeto nos termos do instrumento convocatório.

**4.7** Os questionamentos e os pedidos de impugnação do edital recebidos, bem como as respectivas respostas, encontrar-se-ão à disposição dos licitantes interessados no site [www.pregaobanrisul.com.br](http://www.pregaobanrisul.com.br/).

**5. DAS PROPOSTAS INICIAIS**

**5.1** As licitantes deverão encaminhar proposta inicial até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente no sistema eletrônico do site [www.pregaobanrisul.com.br](http://www.pregaobanrisul.com.br/), quando se encerrará a fase de recebimento de propostas.

**5.2** Juntamente com o cadastro da proposta inicial de preço, o licitante deverá fazer o *upload* do arquivo da proposta no sistema eletrônico, conforme modelo sugerido no ANEXO II.

**5.3** O *upload* do arquivo da proposta no site [www.pregaobanrisul.com.br](http://www.pregaobanrisul.com.br/) será de total responsabilidade do licitante, o qual deverá se certificar de que a proposta anexada seja visível e legível em sua integridade, sem a necessidade de qualquer ação do Pregoeiro que não seja abrir e imprimir o arquivo, sob pena de desclassificação.

**5.4** Não é necessário que o arquivo da proposta inicial anexado ao sistema esteja assinado.

**5.5** O arquivo da proposta de preços inicial deverá conter, no mínimo, o seguinte:

1. Razão Social e/ou número do CNPJ da licitante;
2. prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias. No silêncio da proposta subentende-se validade de 60 (sessenta) dias;
3. **descrição completa ou sucinta do produto ofertado mencionando a marca;**
4. preço unitário líquido, indicado em moeda nacional, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora.

**5.6** Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

**5.7** O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e das especificações técnicas previstas neste Edital.

**5.8** No momento do envio da proposta, a licitante deverá prestar, por meio do sistema eletrônico, as seguintes declarações:

1. Na declaração de porte, a empresa deverá selecionar o campo do seu enquadramento;
2. Na declaração de conhecimento sobre as especificações do edital, a empresa deverá selecionar o campo que tem pleno conhecimento e atende a todas as exigências de habilitação e especificações técnicas previstas no Edital.

**5.9** Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

**5.10** Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo resultante de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

**5.11** Caberá ao pregoeiro sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica.

**5.12** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

**5.13** Caso o arquivo da proposta inicial esteja corrompido ou danificado, o Pregoeiro poderá solicitar que o licitante anexe o arquivo novamente ou o encaminhe por e-mail.

**5.14** Caso todas as propostas sejam desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas que acarretaram na desclassificação.

**6. DA HABILITAÇÃO**

**6.1** Os documentos de habilitação devem ser anexados exclusivamente no sistema eletrônico do site [www.pregaobanrisul.com.br](http://www.pregaobanrisul.com.br/) antes da abertura da sessão pública, juntamente com a proposta inicial.

**6.2** Os documentos exigidos para habilitação serão os seguintes:

1. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
2. inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;
3. decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
4. registro comercial, se empresa individual;
5. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, quando for o caso.
6. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
7. prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual (ver Anexo III);
8. prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Negativa de Débitos Federais e INSS);
9. prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
10. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
11. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
12. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não superior a 60 (sessenta) dias, contados da data prevista para abertura das propostas iniciais, ou dentro do prazo de validade da mesma;
13. Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Débitos Trabalhistas;
14. declaração de atendimento ao inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme modelo sugerido no ANEXO IV;
15. declaração de que a licitante não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal, conforme modelo sugerido no ANEXO V;
16. A licitante que informou no sistema eletrônico ser beneficiária da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá comprovar tal situação através de certidão da junta comercial ou apresentar declaração firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme modelo sugerido no ANEXO VI (Caso a licitante tenha declarado equivocadamente no site do pregão eletrônico ser beneficiária da Lei Complementar 123/2006, a mesma ficará dispensada de apresentar este documento para fins de habilitação, desde que não tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto na referida lei durante o certame).

**6.3** Para fins de habilitação nesta licitação, todos os documentos devem estar dentro do prazo de validade na data prevista para abertura das propostas iniciais.

**6.4** Caso a licitante beneficiada pela Lei Complementar nº 123/2006 apresente restrições na documentação relativa à comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. A licitante beneficiada pela Lei Complementar nº 123/2006, deverá apresentar toda a documentação exigida no edital, ainda que apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

**6.5** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**6.6** Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis (Art. 3°, § 2º, da Lei 13.726/2018).

**6.7** No caso previsto no subitem anterior, a licitante ficará pendente de habilitação até a regular apresentação da documentação faltante, em prazo determinado pelo pregoeiro.

**6.8** Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, observando-se que:

1. se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
2. se a licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
3. serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**6.9** Caberá ao pregoeiro sanear erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos de habilitação e sua validade jurídica

**6.10** Serão considerados habilitados os licitantes que apresentarem a documentação de acordo com o solicitado neste edital.

**6.11** Caso algum dos arquivos dos documentos de habilitação esteja corrompido ou danificado, o Pregoeiro poderá solicitar que o licitante anexe o arquivo novamente ou o encaminhe por e-mail.

**6.12** Serão declarados vencedores os licitantes que apresentarem o MENOR PREÇO POR LOTE e que forem declarados HABILITADOS.

**6.13** Caso todos os licitantes sejam inabilitados, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação.

**7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**7.1** No dia e hora indicados, o pregoeiro abrirá a sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, no site [www.pregaobanrisul.com.br](http://www.pregaobanrisul.com.br/).

**7.2** A partir do horário previsto para a abertura das propostas terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, quando o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, classificando aquelas que atendam ao Edital e desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos.

**7.3** Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

**7.4** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta e lances.

**8. DA DISPUTA DE LANCES E NEGOCIAÇÃO**

**8.1** Aberta etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

**8.2** A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de seu registro e valor.

**8.3** O licitante poderá oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**8.4** Será permitido aos licitantes a apresentação de lances intermediários durante a disputa.

**8.5** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado no sistema em primeiro lugar.

**8.6** Durante o transcurso da disputa, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

**8.7** No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos licitantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**8.8** No caso de desconexão da licitante, o mesmo deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema.

**8.9** A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

**8.10** A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

**8.11** Na hipótese de não haver novos lances durante o período de prorrogação a sessão pública será encerrada automaticamente.

**8.12** Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução de um melhor preço, mediante justificativa.

**8.13** Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor inicial de sua proposta.

**8.14** Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

**8.15** Encerrada a fase de lances, o pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

**8.16** A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

**9. DO JULGAMENTO E DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA FINAL**

**9.1** Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, quando houver, a licitante classificada em primeiro lugar deverá fazer o *upload* da proposta final atualizada no sistema, no prazo máximo de 02 (duas) horas.

**9.2** A pedido da licitante e por decisão do Pregoeiro, o prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado.

**9.3** A proposta final deverá ser apresentada em folhas rubricadas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, não podendo os valores ser manuscritos.

**9.4** A proposta assinada eletronicamente garante a integridade do documento, sendo que, neste caso, não será necessária a rubrica e/ou assinatura em todas as páginas da proposta.

**9.5** Constatado algum erro na proposta, o Pregoeiro poderá solicitar que a licitante faça as devidas correções e encaminhe-a novamente.

**9.6** No caso de a proposta não ser aceita, o Pregoeiro convocará a próxima empresa, conforme a ordem de classificação da etapa de lances.

**9.7** Caso o arquivo da proposta final esteja corrompido ou danificado, o Pregoeiro poderá solicitar que o licitante anexe o arquivo novamente ou o encaminhe por e-mail.

**10. DO ENCAMINHAMENTO DAS VIAS FÍSICAS DA PROPOSTA FINAL E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**10.1** A licitante vencedora deverá encaminhar a proposta final e os documentos de habilitação da empresa, no prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar da solicitação do Pregoeiro, para o endereço: **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANI DAS MISSÕES/RS - A/C SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, à Rua Boa Vista, 265, Centro, CEP: 97950-000.**

**10.2** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado por motivo de caso fortuito ou força maior, desde que solicitado pela licitante vencedora.

**10.3** Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor desta administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

**10.4** Não serão autenticados os documentos emitidos pela Internet, tendo em vista que a veracidade dos mesmos é feita online.

**10.5** A proposta final que for assinada eletronicamente, bem como a documentação de habilitação que possuir autenticação eletrônica, poderá ser enviada por e-mail, dispensando assim o encaminhamento das vias físicas/impressas.

**11. DOS RECURSOS**

**11.1** Declarada a vencedora, o sistema disponibilizará o prazo de 30 (trinta) minutos para que qualquer licitante possa manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer com registro em ata da síntese das suas razões.

**11.2** A falta de manifestação imediata e motivada da licitante implicará decadência do direito de interpor recurso.

**11.3** Aceita a intenção de recurso, conceder-se-á ao Recorrente o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões escritas.

**11.4** Assim que as razões forem apresentadas pela Recorrente, extingue-se o prazo.

**11.5** Publicadas as razões das Recorrentes no sistema online, ficam os demais licitantes desde logo intimados a apresentarem contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias.

**11.6** Assim que as contrarrazões forem apresentadas pela Recorrida, extingue-se o prazo.

**11.7** Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, podendo reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo à autoridade competente, devidamente informado, quando mantiver a sua decisão.

**11.8** A autoridade competente deverá proferir a sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do recurso.

**11.9** O recurso tem efeito suspensivo e seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.10** Analisado o recurso e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Pregoeiro dará continuidade ao certame.

**12. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO OU REVOGAÇÃO DO PROCEDIMENTO**

**12.1** O objeto da licitação será adjudicado à licitante declarada vencedora, por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

**12.2** Após as fases anteriores, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

**12.3** A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar.

**12.4** Da decisão de anular ou revogar a licitação caberá recurso administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**13.1** O arquivo da ata de registro de preços será enviado por e-mail ao licitante vencedor, que deverá assiná-lo e encaminhá-lo ao setor de licitações desta Prefeitura, através de e-mail, no caso de assinatura eletrônica, ou em via física, no caso de assinatura manuscrita.

**13.2** O prazo para o licitante assinar a ata de registro de preços será de até 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento do e-mail com o arquivo.

**13.3** O prazo acima poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

**13.4** Se, dentro do prazo, o licitante não assinar a ata de registro de preços, a Administração poderá convocar outra licitante, obedecida a ordem de classificação, para assiná-la, após comprovados os requisitos de habilitação, feita a negociação e aceita a proposta.

**13.5** Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a assinatura da ata de registro de preços, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

**13.6** A Ata de Registro de Preços terá validade pelo período de 12 (doze) meses a contar da assinatura.

**13.7** Os Preços não sofrerão reajustes, a não ser no caso do previsto no art. 65, II da Lei Federal 8.666/93.

**13.8** A entrega dos produtos deverá ser realizada em até 10 (dez) dias após a solicitação, devendo ser entregue livre de frete e descarga, junto as Secretarias Municipais e Setores Subordinados**, livre de frete e descarga**.

**13.9** As quantidades constantes neste edital são uma estimativa, podendo ser adquirida para mais como para menos.

**13.10** O Sistema será procedido de acordo com o art. 15 da Lei Federal 8.666/93.

**14. DAS PENALIDADES**

**a)** O licitante que deixar de entregar quaisquer documentos exigidos no Edital ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta ou lance, não celebrar o contrato ou instrumento equivalente, solicitar o cancelamento da Ata de Registro de Preços e não aceito pela Administração, ter seu registro cancelado pela Administração, descumprir as exigências previstas no Edital, falhar ou fraudar a execução da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das multas previstas em edital e na Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais.  
**b)** manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com esta Administração pelo prazo de até 2 (dois) anos;

1. deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com esta Administração pelo prazo de 5 (cinco) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação;
2. entregar o objeto com características em desconformidade com o edital, passíveis de correção durante o prazo de entrega previsto e sem prejuízo ao resultado almejado pela licitação: advertência;
3. entregar o objeto com atraso injustificado, até o limite de 03 (três) dias corridos, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da nota de empenho ou contrato correspondente;
4. inexecução parcial das condições pactuadas: suspensão do direito de licitar e contratar com esta Administração pelo prazo de 3 (três) anos e multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da nota de empenho ou contrato correspondente;
5. inexecução total das condições pactuadas: suspensão do direito de licitar e contratar com esta Administração pelo prazo de 5 (cinco) anos e multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da nota de empenho ou contrato correspondente;
6. causar prejuízo material resultante diretamente da execução deste contrato: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 (cinco) anos e multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor total da nota de empenho ou contrato correspondente.

**i)** As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

**j)** Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**l)** As penalidades serão registradas no cadastro da contratada.

**m)** Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**15.1** Este Edital estará à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Guarani das Missões/RS, localizado na Rua Boa Vista, nº 265, em Guarani das Missões/RS, junto ao Setor de Licitações e Contratos, e na internet para download, nos endereços eletrônicos: [www.pregaobanrisul.com.br](http://www.pregaobanrisul.com.br/) e [www.guaranidasmissoes.rs.gov.br](http://www.guaranidasmissoes.rs.gov.br).

**15.2** Qualquer divergência entre a especificação do objeto constante do sistema do pregão eletrônico e a descrição deste Edital, prevalecerá a discriminada neste Edital.

**15.3** Todas as referências de tempo neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

**15.4** Nenhuma indenização será devida às empresas licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos à licitação.

**15.5** A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e as demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

**15.6** O pregoeiro ou a autoridade superior poderão promover diligências destinadas a elucidar ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, fixando prazos para atendimento.

**15.7** O pregoeiro ou a autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

**15.8** Toda comunicação oficial ocorrerá por e-mail, por meio do sistema do pregão eletrônico ou por publicação, nos termos da legislação.

**15.9** Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Modelo Sugerido de Proposta de Preços

ANEXO III – Esclarecimento quanto ao Cadastro de Contribuintes do Estado

ANEXO IV – Declaração de atendimento ao inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal

ANEXO V – Declaração de idoneidade

ANEXO VI – Declaração de Beneficiário da Lei Complementar 123/2006

ANEXO VII – Minuta da Ata de Registro de Preços

**15.10** Fica eleito o Foro da Comarca de Guarani das Missões para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Guarani das Missões/RS, 24 de janeiro de 2023.

Jerônimo Jaskulski

Prefeito

**ANEXO I**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2023 – REGISTRO DE PREÇOS**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS, OBJETIVANDO EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE TUBOS DE CONCRETO, PEDRAS DE AREIA E CORDÕES PARA MEIO FIO, conforme descrição no Anexo I (Termo de Referência).

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO POR ITEM

**QUANTIDADES E VALORES MÁXIMOS ADMITIDOS PARA AQUISIÇÃO:**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Quantidade**  **Mínima**  **Prevista** | **Quantidade**  **Máxima Prevista** | **Descrição** | **Valor UNITÁRIO**  **Máximo Admitido** |
| 01 | 10 unidades | 700 unidades | Tubo de concreto de 1 m com malha de ferro. MF, conforme ABNT NBR 8890/2020. | R$ 428,62 |
| 02 | 10 unidades | 700 unidades | Tubo de concreto 80 cm com malha de ferro. MF, conforme ABNT NBR 8890/2020. | R$ 309,25 |
| 03 | 10 unidades | 700 unidades | Tubo de concreto 80 cm sem malha de ferro. MF, conforme ABNT NBR 8890/2020. | R$ 273,17 |
| 04 | 10 unidades | 700 unidades | Tubo de concreto de 60 cm com malha de ferro. MF, conforme ABNT NBR 8890/2020. | R$ 191,75 |
| 05 | 10 unidades | 700 unidades | Tubo de concreto de 60 cm sem malha de ferro. MF, conforme ABNT NBR 8890/2020. | R$ 136,50 |
| 06 | 10 unidades | 700 unidades | Tubo de concreto de 50 cm com malha de ferro. MF, conforme ABNT NBR 8890/2020. | R$ 126,00 |
| 07 | 10 unidades | 700 unidades | Tubo de concreto de 50 cm sem malha de ferro. MF, conforme ABNT NBR 8890/2020. | R$ 93,66 |
| 08 | 10 unidades | 700 unidades | Tubo de concreto de 40 cm com malha de ferro. MF, conforme ABNT NBR 8890/2020. | R$ 113,30 |
| 09 | 10 unidades | 700 unidades | Tubo de concreto de 40 cm sem malha de ferro. MF, conforme ABNT NBR 8890/2020. | R$ 82,33 |
| 10 | 10 unidades | 700 unidades | Tubo de concreto de 30 cm sem malha de ferro. MF, conforme ABNT NBR 8890/2020. | R$ 73,00 |
| 11 | 10 unidades | 700 unidades | Tubo de concreto de 20 cm sem malha de ferro. MF, conforme ABNT NBR 8890/2020. | R$ 65,33 |
| 12 | 10 unidades | 10.000 unidades | Pedra de areia com no mínimo 40 cm de comprimento, 12 cm de altura e 20 cm de largura. | R$ 5,48 |
| 13 | 10 unidades | 10.000 unidades | Cordão para meio fio, 30x70x8cm. | R$ 15,00 |

* 1. A entrega dos produtos deverá ser realizada em até 10 (dez) dias após a solicitação, devendo ser entregue livre de frete e descarga, junto as Secretarias Municipais e Setores Subordinados**, livre de frete e descarga**.
  2. **Todos os tubos deverão ter encaixe M/F (macho/fêmea) e ter um metro de comprimento.**
  3. Todos os tubos deverão obedecer as Normas Técnicas de Fabricação.
  4. **Os tubos com defeitos de fabricação tais como trincas, fissuras e outros inconvenientes que comprometam o seu uso, não serão aceitos, sendo os mesmos devolvidos para que o fornecedor providencie sua substituição.**
  5. A vencedora deverá observar durante a execução, as normas técnicas aplicáveis, bem como as normas de segurança de trabalho.
  6. A solicitação para a entrega será formalizada através de emissão de empenho e envio para a empresa vencedora via e-mail.
  7. No ato da entrega a nota fiscal deverá acompanhar o produto.
  8. Nos termos do art. 15 § 4º da Lei nº 8.666/93, e do art. 5º, do Decreto nº 2.604/2013, esse Município não está obrigado a adquirir exclusivamente por intermédio dessa Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.
  9. O Prazo de validade do presente registro de preços, será de 01 (um) ano, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.
  10. A Administração Municipal não realizará aquisições dos produtos registrados em ata, cujos preços estiverem superiores aos praticados pelo detentor da ata junto ao seu estabelecimento comercial.

Jerônimo Jaskulski

Prefeito

**ANEXO II**

**MODELO SUGERIDO DE PROPOSTA**

AO MUNICIPIO DE GUARANI DAS MISSÕES/RS

REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| DADOS DA EMPRESA PROPONENTE | | | |
| RAZÃO SOCIAL |  | | |
| CNPJ Nº |  | | |
| ENDEREÇO |  | | |
| FONE |  | E-MAIL |  |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Quantidade**  **Mínima**  **Prevista** | **Quantidade**  **Máxima Prevista** | **Marca** | **Descrição** | **Valor**  **Unitário** |
| 01 | 10 unidades | 700 unidades |  | Tubo de concreto de 1 m com malha de ferro. MF, conforme ABNT NBR 8890/2020. |  |
| 02 | 10 unidades | 700 unidades |  | Tubo de concreto 80 cm com malha de ferro. MF, conforme ABNT NBR 8890/2020. |  |
| 03 | 10 unidades | 700 unidades |  | Tubo de concreto 80 cm sem malha de ferro. MF, conforme ABNT NBR 8890/2020. |  |
| 04 | 10 unidades | 700 unidades |  | Tubo de concreto de 60 cm com malha de ferro. MF, conforme ABNT NBR 8890/2020. |  |
| 05 | 10 unidades | 700 unidades |  | Tubo de concreto de 60 cm sem malha de ferro. MF, conforme ABNT NBR 8890/2020. |  |
| 06 | 10 unidades | 700 unidades |  | Tubo de concreto de 50 cm com malha de ferro. MF, conforme ABNT NBR 8890/2020. |  |
| 07 | 10 unidades | 700 unidades |  | Tubo de concreto de 50 cm sem malha de ferro. MF, conforme ABNT NBR 8890/2020. |  |
| 08 | 10 unidades | 700 unidades |  | Tubo de concreto de 40 cm com malha de ferro. MF, conforme ABNT NBR 8890/2020. |  |
| 09 | 10 unidades | 700 unidades |  | Tubo de concreto de 40 cm sem malha de ferro. MF, conforme ABNT NBR 8890/2020. |  |
| 10 | 10 unidades | 700 unidades |  | Tubo de concreto de 30 cm sem malha de ferro. MF, conforme ABNT NBR 8890/2020. |  |
| 11 | 10 unidades | 700 unidades |  | Tubo de concreto de 20 cm sem malha de ferro. MF, conforme ABNT NBR 8890/2020. |  |
| 12 | 10 unidades | 10.000 unidades |  | Pedra de areia com no mínimo 40 cm de comprimento, 12 cm de altura e 20 cm de largura. |  |
| 13 | 10 unidades | 10.000 unidades |  | Cordão para meio fio, 30x70x8cm. |  |

Declaramos que no preço ofertado estão já estão inclusos os tributos, os fretes, as tarifas, e as despesas decorrentes da execução do objeto.

Prazo de validade da proposta: 60 dias.

(Município), em \_\_\_\_\_\_de\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_.

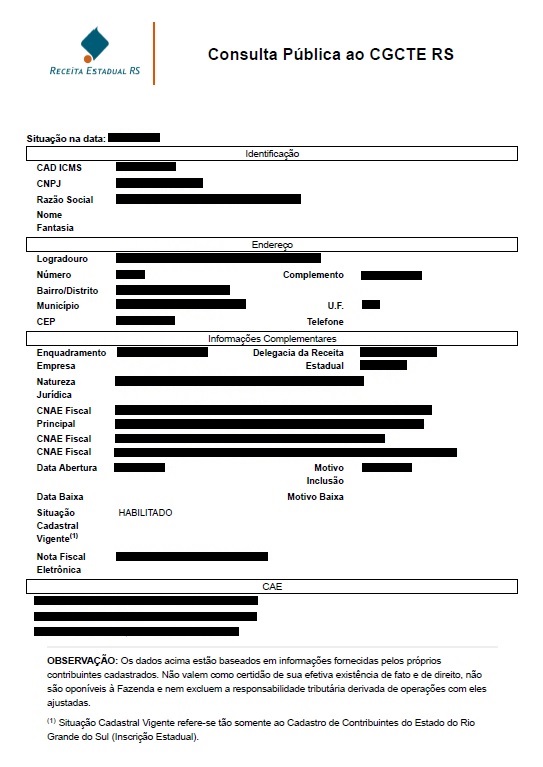
\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Representante Legal

**ANEXO III**

**ESCLARECIMENTO QUANTO AO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO**

PARA FINS DE HABILITAÇÃO NA PRESENTE LICITAÇÃO INFORMAMOS QUE AS LICITANTES COM SEDE NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PODERÃO APRESENTAR COMO PROVA DE CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO (ALÍNEA G, DO SUBITEM 6.2 DO EDITAL) TANTO A DI/RE COMO O DOCUMENTO DE CONSULTA PÚBLICA, AMBOS EMITIDOS PELO SITE DA SECRETARIA DA FAZENDA DO RS, OS QUAIS APRESENTAM OS SEGUINTES LAYOUTS:



SALIENTAMOS QUE OS FORMATOS DOS DOCUMENTOS ACIMA CORRESPONDEM APENAS ÀS EMPRESAS SEDIADAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E PARA HABILITAÇÃO SERÁ NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DE APENAS UM DELES.

OBS: O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL DO RIO GRANDE DO SUL NÃO POSSUI INSCRIÇÃO ESTADUAL.

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À NORMA DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Ao

Município de Guarani das Missões/RS

A/C Setor de Licitações e Contratos

Prezado(a) Senhor(a):

A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n°\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade no\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF no \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(representante legal da empresa)

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

Ao

Município de Guarani das Missões/RS

A/C Setor de Licitações e Contratos

Prezado(a) Senhor(a):

A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n°\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade no\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF no \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(representante legal da empresa)

**ANEXO VI**

**DECLARAÇÃO DE BENEFICIÁRIO DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006**

EMPRESA:

CNPJ/MF N°

ENDEREÇO:

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Licitante, queremos nos utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, para tanto, declaro sob as responsabilidades da Lei, que a mesma de enquadra como:

( ) microempresa

( ) empresa de pequeno porte

( ) cooperativa, com receita bruta até o limite de R$ 4.800.000,00/ano

Por ser expressão da verdade, eu Contador (a) firmo a presente.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do(a) Contador (a)

**ANEXO VII**

**MUNICÍPIO DE GUARANI DAS MISSÕES/RS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2023 – REGISTRO DE PREÇOS**

**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2023**

**PROCESSO Nº 402/2022**

Aos............dias do mês de.............................. de ..............., presentes, de um lado, o MUNICÍPIO DE GUARANI DAS MISSÕES/RS, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Jerônimo Jaskulski, aqui denominado de Município, e, de outro lado, a empresa .............................................., CNPJ nº......................., com Sede na Rua ......................................., na cidade de ...........................................................,

Aqui denominado FORNECEDOR, firmam a presente Ata de Registro de Preços, conforme decisão exarada no processo administrativo, referente ao Pregão Eletrônico 03/2023, Processo nº 402/2022, para REGISTRO DE PREÇOS, OBJETIVANDO EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE TUBOS DE CONCRETO, PEDRAS DE AREIA E CORDÕES PARA MEIO FIO, conforme descrição no Anexo I (Termo de Referência), nos termos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Decreto Municipal nº 2.954, de 19 de junho de 2020, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. **DO OBJETO**

**1.1.** O objeto da presente ata é o REGISTRO DE PREÇOS, OBJETIVANDO EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE TUBOS DE CONCRETO, PEDRAS DE AREIA E CORDÕES PARA MEIO FIO, conforme descrição e marcas abaixo descritos:

* 1. A entrega dos produtos deverá ser realizada em até 10 (dez) dias após a solicitação, devendo ser entregue livre de frete e descarga, junto as Secretarias Municipais e Setores Subordinados**, livre de frete e descarga**.
  2. **Todos os tubos deverão ter encaixe M/F (macho/fêmea) e ter um metro de comprimento.**
  3. Todos os tubos deverão obedecer as Normas Técnicas de Fabricação.
  4. **Os tubos com defeitos de fabricação tais como trincas, fissuras e outros inconvenientes que comprometam o seu uso, não serão aceitos, sendo os mesmos devolvidos para que o fornecedor providencie sua substituição.**
  5. A solicitação para a entrega será formalizada através de emissão de empenho e envio para a empresa vencedora via e-mail.
  6. O prazo de validade da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses à contar de sua assinatura.
  7. A nota fiscal deverá ser entregue juntamente com o produto.
  8. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias a contar da entrega mediante crédito em conta corrente bancária, indicados pelo fornecedor na proposta vencedora ajustada ao lance, contendo a descrição dos produtos, quantidades, banco, código da agência e o número da conta corrente da empresa, para efeito de pagamento preços unitários e o valor total e nota de entrega atestada.
  9. Toda e qualquer despesa relativa à execução do objeto da licitação, correrá por conta exclusiva da licitante vencedora.
  10. O Município reserva-se o direito de recusar o recebimento, cujas condições de transporte não estejam de acordo com a legislação.
  11. Toda e qualquer entrega fora do estabelecido neste edital será imediatamente notificada ao licitante vencedor que ficará obrigado a substituí-lo em, no máximo, 05 (cinco) dias, sendo de responsabilidade do licitante o ônus da substituição.
  12. Nos termos do art. 15 § 4º da lei nº 8.666/93, e do art. 5º, do decreto nº 2.604/2013, esse município não está obrigado a adquirir exclusivamente por intermédio dessa ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.
  13. Constatado, que os valores registrados na ata de registro de preços, estão superiores a realidade de mercado, a administração, irá convocar o fornecedor, para reduzir o seu preço registrado, sob pena de cancelamento da ata de registro de preços.

1. **DA VIGÊNCIA**

**2.1.** O presente instrumento terá a vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

**3. DO PREÇO**

**3.1.** O preço de cada item está especificado no item I deste instrumento.  
**3.2.** A existência de preços registrados não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao sistema de registro de preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

**4. DA ENTREGA**

**4.1** A entrega dos produtos deverá ser realizada em até 10 (dez) dias após a solicitação, devendo ser entregue livre de frete e descarga, junto as Secretarias Municipais e Setores Subordinados**, livre de frete e descarga**.

**5. DO PAGAMENTO**

**5.1.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias a contar da entrega mediante crédito em conta corrente bancária, indicados pelo fornecedor na proposta vencedora ajustada ao lance, contendo a descrição dos produtos, quantidades, banco, código da agência e o número da conta corrente da empresa, para efeito de pagamento preços unitários e o valor total e nota de entrega atestada, correndo a despesa na dotação orçamentária correspondente.

**5.2.** A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico e ordem de fornecimento (empenho), a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

**6. O REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS**

**6.1.** Não será concedido reajuste pelo período inferior a um ano, a não ser que haja disciplinamento diverso oriundo de legislação federal.  
**6.1.1.** Na hipótese de concessão de reajuste, este será feito pelo INPC.  
**6.2.** O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Guarani das Missões/RS desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais da época da abertura da licitação, bem como da época do pedido do realinhamento (atuais), de aquisição dos produtos, matérias primas e componentes, bem como listas de preços, planilhas de custos, no caso de fabricantes, sendo que esta solicitação deverá ser encaminhada para o Setor de licitações, localizada na Rua Boa Vista, 265. Até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser proferida em até 03 (três) dias uteis a contar da entrega completa de toda a documentação comprobatória, não poderá haver interrupção do fornecimento sob pena das aplicações das sanções previstas neste Edital.  
**6.3.** A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e o preço atualizado dos remanescentes, quando houver.  
**6.4.** Independentemente da solicitação de que trata o item 6.2, a Comissão poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia-defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação no site da Prefeitura Municipal.

**7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

**7.1.** O registro do fornecedor poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:  
**I** - pela Administração, quando:  
**a)** o fornecedor não cumprir as exigências contidas no edital ou ata de registro de preços;  
**b)** o fornecedor, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;  
**c)** o fornecedor der causa à rescisão administrativa, de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e alterações posteriores;  
**d)** os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;  
**e)** por razões de interesse público, devidamente fundamentadas na forma do inciso XII do art. 78 da Lei n.º 8.666/93, e alterações posteriores.  
**II** - pelo Fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.  
**7.2.** O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.  
**7.3.** A comunicação do cancelamento do registro do fornecedor, nos casos previstos no inciso I do item 7.1, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.  
**7.4.** No caso do fornecedor encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação no site da Prefeitura Municipal de Guarani das Missões/RS, considerando-se cancelado o registro do fornecedor, a partir do quinto dia útil, contado da publicação.  
**7.5.** A solicitação do fornecedor ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preços, não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser proferida no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o envio do pedido contendo toda a documentação comprobatória, facultada à Administração a aplicação das penalidades/sanções previstas no item 10, caso não aceitas as razões do pedido do cancelamento.

**8. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

**8.1.** Submeter-se à fiscalização do órgão responsável pelo recebimento do objeto contratado. Acatando prontamente as exigências e observações da fiscalização do órgão municipal competente.  
**8.2.** Cumprir os prazos estabelecidos neste instrumento.  
**8.3.** Assumir responsabilidades legais, administrativas e técnicas pela execução do fornecimento dos bens adquiridos pelo MUNICÍPIO.  
**8.4.** Pagar todos os tributos devidos, referentes à execução contratual.  
**8.5.** Responsabilizar-se, civil e/ou criminalmente, por todos os atos e omissões que seus empregados direta ou indiretamente, cometerem na área de fornecimento do objeto contratado, indenizando, se for o caso, a parte prejudicada.  
**8.6.** Providenciar as autorizações que se fizerem necessárias às atividades do fornecimento, junto aos órgãos competentes.  
**8.7.** Consultar o órgão fiscalizador, com antecedência, quando houver necessidade de verificação de qualquer situação, a fim de não causar transtorno ou atraso quando da entrega do objeto.  
**8.8.** Prestar toda assistência para o perfeito andamento dos serviços.  
**8.9.** Responsabilizar-se pela quantificação e qualificação do objeto a serem fornecidos.  
**8.10.** Observar o prazo de validade do objeto fornecido quando sua especificação assim o requerer.

**8.11.** Cumprir ao Edital e ao processo de licitação, documentos estes que integram o presente, desde que não conflitem com as suas disposições, sendo que as do MUNICÍPIO prevalecerão sobre as do FORNECEDOR.  
**8.12.** Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções.  
**8.13.** Cumprir fielmente as obrigações deste instrumento, sendo vedada qualquer transferência.

**9. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

**9.1.** Atender às solicitações de esclarecimentos do FORNECEDOR.  
**9.2.** Inspecionar a execução do fornecimento e a qualificação do objeto contratado, conforme especificações do ato convocatório.  
**9.3.** Inspecionar, periodicamente, os locais de acondicionamento do objeto contratado para verificar, em especial, o cumprimento das rotinas estabelecidas e das solicitações de providências.  
**9.4.** Manter registro escrito de todas as ordens de serviços e/ou comunicações entre as partes contratantes a fim de que produzam todos os efeitos.

**10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**a)** O licitante que deixar de entregar quaisquer documentos exigidos no Edital ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta ou lance, não celebrar o contrato ou instrumento equivalente, solicitar o cancelamento da Ata de Registro de Preços e não aceito pela Administração, ter seu registro cancelado pela Administração, descumprir as exigências previstas no Edital, falhar ou fraudar a execução da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das multas previstas em edital e na Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais.  
**b)**deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com esta Administração pelo prazo de 5 (cinco) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação;

**c**)entregar o objeto com características em desconformidade com o edital, passíveis de correção durante o prazo de entrega previsto e sem prejuízo ao resultado almejado pela licitação: advertência;

1. entregar o objeto com atraso injustificado, até o limite de 03 (três) dias corridos, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da nota de empenho ou contrato correspondente;
2. inexecução parcial das condições pactuadas: suspensão do direito de licitar e contratar com esta Administração pelo prazo de 3 (três) anos e multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da nota de empenho ou contrato correspondente;
3. inexecução total das condições pactuadas: suspensão do direito de licitar e contratar com esta Administração pelo prazo de 5 (cinco) anos e multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da nota de empenho ou contrato correspondente;
4. causar prejuízo material resultante diretamente da execução deste contrato: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 (cinco) anos e multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor total da nota de empenho ou contrato correspondente.

**h)** As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

**l)** Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**j)** As penalidades serão registradas no cadastro da contratada.

**l)** Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**11.1.** Fica o FORNECEDOR vinculado, até o término do presente instrumento, ás condições do Edital, seus anexos e a sua proposta, que independente de traslado fazem parte integrante deste instrumento, no que não o contrariar.

**12. DO FORO**

**12.1.** Para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos, oriundos do presente contrato fica eleito o Foro da cidade de Guarani das Missões/RS, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.  
E assim por estarem justos e acertados, assinam a presente ata de Registro de Preços em 03 (três) vias de igual teor e forma e para um só efeito legal.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  
MUNICÍPIO DE GUARANI DAS MISSÕES/RS

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  
FORNECEDOR/DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS